

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE



Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis TRE/RN 2022

Av. Rui Barbosa, 215 - CEP 59.015-290 – Tirol
Natal – Rio Grande do Norte

Sumário

1) Informações Gerais	3
Contexto Operacional	4
2) Resumo das Principais Práticas Contábeis	5
Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis.	6
3) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	6
3.1) Mudança de Critérios Contábeis:	10
4) CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
5) Declaração da Contadora	13
6) Demonstrações Contábeis – DCON	14
7) Notas Explicativas	19
Nota 01 – BALANÇO PATRIMONIAL	19
NOTA 02 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
NOTA 03 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	26
NOTA 04 – ESTOQUES	27
NOTA 05 – IMOBILIZADO	28
NOTA 06 – DEPRECIAÇÃO	32
NOTA 07 – INTANGÍVEL	34
NOTA 08 – PASSIVO CIRCULANTE	34
NOTA 09 – RESULTADOS ACUMULADOS	36
NOTA 10 – ATOS POTENCIAIS	38
NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS E DIMINUTIVAS (VP)	40
NOTA 12 – RESTOS A PAGAR	42



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE – TRE/RN

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF

Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COFIN/SAOF

Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial SECON/COFIN/SAOF

SETORIAL CONTÁBIL

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Exercício 2022

1) Informações Gerais

Contexto Operacional

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte é um órgão de jurisdição especializada do Poder Judiciário, pertencente à Justiça Eleitoral e faz parte da administração pública federal direta, CNPJ 05.792.645/001-28, com sede à Av. Rui Barbosa, no 215 – Tirol – CEP: 59.015-290 – Natal/RN, identificando-se com o registro do Código e Descrição da Atividade Econômica Principal: 84.23-0-00 – justiça; e Código e Descrição da Natureza Jurídica: 107-4 – Órgão Público do Poder Judiciário Federal.

Tem a missão de garantir a legitimidade e a segurança do processo eleitoral no território do Estado do Rio Grande do Norte, calcado nos valores de ética, inovação, segurança jurídica, acessibilidade, integridade, transparência e sustentabilidade.

Além da sua sede administrativa, há o Centro de Operações da Justiça Eleitoral, local de guarda das urnas eletrônicas, e o Fórum Eleitoral da Capital J. M. de Carvalho Santos em Natal/RN. Além destes, compõem-se das 60 (sessenta) Zonas Eleitorais, sendo 05 delas na Capital e as demais no interior, e os postos de atendimento das Centrais do Cidadão distribuídas ao longo de todo o Estado.

Dados mais precisos sobre as unidades do Tribunal e as Zonas Eleitorais podem ser obtidos nos seguintes endereços eletrônicos:

<https://www.tre-rn.jus.br/legislacao/regulamentos-e-regimentos-do-tre-rn>

<https://www.tre-rn.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-rn>

O Tribunal desenvolve seu trabalho alinhado com as orientações, determinações, instruções e padronizações oriundas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sua atuação ainda segue diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, instituição à qual compete o controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário.

Dentre as suas atividades, sobressaia a responsabilidade pela organização das etapas do processo eleitoral brasileiro, desde o alistamento dos eleitores até a diplomação dos candidatos eleitos. Atua em três frentes: a) administrativa, organizando e realizando eleições, referendos e plebiscitos, além de ser responsável pela manutenção do cadastro eleitoral, tanto dos eleitores como dos partidos políticos e candidatos, além da análise das prestações de contas eleitorais e partidárias; b) regulamentar, regulando e normatizando o processo eleitoral; e c) jurisdicional, julgando questões eleitorais (em primeira, segunda e superior instância de julgamento), inclusive em matéria penal (crimes eleitorais).

Por ser órgão da administração pública federal, as políticas contábeis do TRE/RN são definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, na qualidade de órgão central do sistema de Contabilidade Federal, pautadas nas Leis nos 4.320/1964 e 10.180/2001, Decretos nos 93.872/1986 e 6.976/2009, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP) e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição, assim como aquelas emitidas pela COFIC/SOF/TSE. No que se refere aos orçamentos, são seguidas a Lei do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nesse sentir, as demonstrações contábeis deste Regional, ora apresentadas, encontram-se em conformidade com as legislações específicas e aplicáveis à contabilidade pública, além dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), no decurso do exercício financeiro de 2022.

2) Resumo das Principais Práticas Contábeis

Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis - DCONT representam instrumentos de análise e controle, de forma a evidenciar a real situação econômico-financeira e patrimonial dos órgãos e entidades, como base de informação para avaliação da efetividade da administração e do gerenciamento dos recursos.

As DCONT do Tribunal Regional Eleitoral do RN, incluindo as Notas Explicativas, visam fornecer aos diversos usuários, informações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, de forma tempestiva, relevantes, comparáveis e confiáveis, evidenciando a realidade do patrimônio público gerido e suas mutações, e sobre os resultados alcançados, em apoio ao processo de tomada de decisão e à adequada prestação de contas.

As Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, no exercício financeiro de 2022, foram elaboradas com base na Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 10.180/2001 e dos Decretos nºs 93.872/1986 e 6.976/2009. Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), Manual SIAFI e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público –

NBCASP NBC T 16.6, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo exigidas para o TRE/RN, as seguintes:

- I. Balanço Orçamentário (BO);
- II. Balanço Financeiro (BF);
- III. Balanço Patrimonial (BP);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas Explicativas.

3) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Apresentam-se, a seguir os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito do TRE/RN, considerando as opções e premissas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), MCASP e demais normas aplicáveis que nortearam a elaboração destas Notas Explicativas.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Contempla os valores disponíveis na Conta Única, representada pelas contas de Limite e Saque com Vinculação de Pagamento, que estão no Grupo de Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional, além de depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Adota-se como critério de mensuração e avaliação o valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com as contas de Adiantamentos concedidos a Pessoal, créditos por danos ao Patrimônio e Adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada. A sua mensuração e avaliação se dão pelo valor original, acrescidos, quando aplicável, de atualizações monetárias e juros.

Depósitos Restituíveis

São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.

Estoques

Englobam os materiais de consumo necessários ao atendimento das demandas dos setores administrativos do Tribunal. Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado, conforme preceitua a lei nº 4320/64, art. 106, III e NBC T 16.10 (item 16).

VPD Pagas Antecipadamente

Refere-se a valores pagos, de forma antecipada, a título de prêmios de seguro, assinatura e anuidades de periódicos, observando o princípio da competência. A base de mensuração é o custo histórico.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo e se constituem de: (i) créditos tributários; (ii) créditos não-tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Sua avaliação e mensuração ocorre pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias de acordo com as taxas estabelecidas nas operações;

Imobilizado

É composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção/construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação mensal, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Neste TRE são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). Após o reconhecimento inicial, os bens de vida útil definida ficam sujeitos à amortização, bem como procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês (item 6.10 do Manual 020330).

Bens móveis do TRE/RN

Os valores da depreciação são apurados por meio do sistema de patrimônio da Justiça Eleitoral ASIWEB, que utiliza como regra de cálculo os seguintes critérios:

- Obedece ao princípio da competência;
- Método das quotas constantes; e
- Adota a tabela constante no Manual SIAFI - 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, com exceção das urnas eletrônicas, por serem bens singulares na Justiça Eleitoral e necessitam de tratamento diferenciado, e possuem vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pelo TSE.

Depreciação de Bens Imóveis Cadastrados no SPIUnet

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação é o Método da Parábola de Kuentzle (art. 7º da Portaria Conjunta SPU-STN 703/2014), sendo gerenciados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU/ME), por meio do sistema SPIUnet, que calcula a depreciação mensal dos imóveis cadastrados e gera automaticamente o registro contábil no SIAFI. A

depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU/ME, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos para registro da reavaliação e redução a valor recuperável na Administração Pública Direta da União têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor, segue as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI, Macrofunção “02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável”

Passivos Circulantes e Não Circulantes

Compreendem as obrigações do TRE que são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e encargos incidentes até a data das DCONT. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações;

3.1) Mudança de Critérios Contábeis:

A contabilização dos acréscimos referentes à reavaliação de ativos passou a ser efetuada em contrapartida à conta contábil de Reserva de Reavaliação, constante no Patrimônio Líquido, conforme consta no Manual Siafi código 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável. Ressalta-se que essa contabilização ainda não foi alterada no SPIUnet pela SPU/ME referente às reavaliações de Imóveis de Uso Especial da União no exercício de 2022.

Outros procedimentos contábeis relevantes e significativos estiveram em processo de correção, com relação aos exercícios anteriores a 2022, e impactaram a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, como citados abaixo:

Houve mudança de critério contábil para as Urnas Eletrônicas, Modelos 2013 e 2015 - TRE/RN, com o objetivo de corrigir distorções de valores, seguindo determinações contidas nos Ofícios TSE 179/2020 e 110/2021.

O ajuste do valor contábil para regularizar os registros anteriormente efetuados a maior de depreciação das urnas eletrônicas impactou a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores constante no patrimônio líquido.

Também, foram realizados registros de ajuste na conta de Depreciação acumulada de bens imóveis, dos bens cadastrados no SPIUNET, em contrapartida à conta de Ajuste de Exercícios Anteriores que justificam a baixa da depreciação de imóveis no respectivo exercício.

4) CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Setorial Contábil do Tribunal Regional Eleitoral do RN funciona na Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial – SECON, subordinada à Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COFIN/SAOF. É responsável pelo acompanhamento da execução contábil da Unidade Gestora Executora 070008 e pelo Registro da respectiva Conformidade Contábil, efetuado por profissionais em contabilidade, com registro no CRC, designados pela Presidência do Tribunal (Portaria nº 155/2009-GP).

A SECON conta em sua estrutura com 05 servidores efetivos pertencentes ao quadro permanente do TRE/RN, todos com formação em Ciências Contábeis, dos quais dois atuam na Setorial Contábil como contadores responsáveis pela análise e validação das Demonstrações Contábeis, conforme descrito abaixo:

Nomes	Cargo
Maria da Guia de Araújo	Técnico Judiciário - Contadora Titular
Lindaci de Albuquerque Maranhão da Silva	Analista Judiciária - Contadora Substituta

Janilson Xavier de Oliveira	Técnico Judiciário
Vivianne Furtado Cavalcanti Cunha	Técnico Judiciário
Yvette Bezerra Guerreiro Maia	Técnico Judiciário

Os principais procedimentos contábeis adotados, no âmbito da Unidade Técnica Contábil, incluem-se, dentre outros:

- a) Orientar e acompanhar as unidades da UG Executora quanto aos registros dos atos e fatos da gestão, relacionado às operações de Contabilidade, inclusive, nos processos relativos à abertura e ao encerramento do exercício;
- b) Analisar e avaliar a consistência das Demonstrações Contábeis do TRE/RN, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
- c) Efetuar os ajustes contábeis necessários à integralidade e à tempestividade da informação contábil;
- d) Conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis, bens imóveis, bens intangíveis e do almoxarifado deste Regional;
- e) Acompanhar a Conformidade de Registro de Gestão na UG Executora, bem como efetuar o registro da Conformidade Contábil mensal do Órgão;
- f) Elaborar relatório para compor a Prestação de Contas ao TCU.

As atribuições completas da SECON estão previstas no art. 41 da Resolução nº 05/2012, disponíveis no link:

<https://www.tre-rn.jus.br/legislacao/legislacao-compilada/resolucoes-do-tre-rn/resolucoes-por-a-no/2012/regulamento-da-secretaria-resolucao-n-o-05-2012>

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, sendo de responsabilidade do contador do órgão efetuarla mensalmente. Observa o princípio da

segregação de funções, bem como os princípios e normas contábeis aplicados ao Setor Público, Plano de Contas da União, a conformidade dos Registros de Gestão, Manuais e orientações emitidas pela STN e Setorial Contábil da SOF/TSE.

5) Declaração da Contadora

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 do Tribunal Regional Eleitoral do RN.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI.

DECLARAÇÃO DA CONTADORA			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE			UG: 070008
<p>Declaro que as Demonstrações Contábeis constantes no SIAFI WEB (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas notas explicativas), encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Manual Siafi e as demais normas aplicáveis.</p>			
Local	NATAL/RN	Data	28 DE FEVEREIRO DE 2023
Contadora Responsável	MARIA DA GUIA DE ARAÚJO	CRC-RN nº	004718/O-8

6) Demonstrações Contábeis – DCON

A seguir são apresentadas, de forma resumida, as Demonstrações Contábeis do TRE/RN, apuradas no exercício de 2022.

a) Balanço Patrimonial

É a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial e financeira, de forma qualitativa e quantitativa da entidade, em determinado momento (situação estática). Estrutura-se em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Balanço Patrimonial - Resumido		
70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE		
	R\$	
ATIVO	2022	2021
Ativo Circulante	6.100.962,72	3.530.963,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.745.947,80	493.167,50
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	1.560.150,42	696.497,96
Estoques	2.778.019,00	2.334.174,00
VPD Pg Antecipada	16.845,50	7.124,00
Ativo Não Circulante	154.603.915,67	135.193.803,00
Imobilizado	151.901.154,90	133.732.205,71
Bens Móveis	43.720.667,56	29.956.585,17
Bens Imóveis	108.180.487,34	103.775.620,54
Intangível	2.702.760,77	1.461.597,29
TOTAL DO ATIVO	160.704.878,39	138.724.766,46
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
Passivo Circulante	3.909.814,33	3.337.015,15
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	3.804.115,88	3.323.284,20
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	76.949,33	12.637,67
Demais Obrigações Curto Prazo	28.749,12	1.093,28
Passivo Não Circulante	-	-
TOTAL DO PASSIVO	3.909.814,33	3.337.015,15
Patrimônio Líquido	156.795.064,06	135.387.751,31
Resultados Acumulados	156.795.064,06	135.387.751,31
TOTAL DO PASSIVO + PL	160.704.878,39	138.724.766,46

Fonte: SIAFI 2022

b) **Demonstração das Variações Patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP).

No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, no sentido de apuração de lucro ou prejuízo, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. Permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida		
70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE		
	R\$	
Variações Patrimoniais Aumentativas	2022	2021
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.186,00	5.539,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.282,41	1.198,41
Transferências e Delegações Recebidas	189.329.689,76	162.815.323,65
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	22.892.655,80	70.418.117,15
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.638.730,22	827.424,09
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	213.870.544,19	234.067.602,30
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	123.425.287,64	116.491.014,20
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.446.994,27	27.927.134,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	31.192.242,80	19.463.852,80
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.290,65	729,57
Transferências e Delegações Concedidas	4.514.391,36	825.894,50
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.744.009,33	39.570.356,95
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	190.666,66	124.062,53
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	191.515.882,71	204.403.045,09
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	22.354.661,48	29.664.557,21
Fonte: SIAFI 2022		

c) Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é composto por: Quadro Principal, Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Demonstra as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Este Tribunal não gera receita para manutenção de suas operações, sua receita é proveniente de sub-repasse do TSE, motivo pelo qual é apresentado abaixo apenas o quadro de despesas.

Balanço Orçamentário – Resumido						
70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE						
R\$						
DESPESAS						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	166.367.323,00	166.257.671,00	183.294.790,48	179.154.519,21	179.043.184,39	(17.037.119,48)
Pessoal e Encargos Sociais	135.272.321,00	136.917.988,00	144.608.280,41	141.671.905,24	141.656.817,43	(7.690.292,41)
Outras Correntes	31.095.002,00	29.339.683,00	38.686.510,07	37.482.613,97	37.386.366,96	(9.346.827,07)
Despesas de Capital	3.799.769,00	8.275.159,00	8.275.072,82	4.504.335,61	6.591.334,99	86,18
Investimentos	3.799.769,00	8.275.159,00	8.275.072,82	4.504.335,61	6.591.334,99	86,18
Reserva de Contingência			-	-	-	-
Total Despesas Orçamentárias (II)	170.167.092,00	174.532.830,00	191.569.863,30	183.658.854,82	185.634.519,38	(17.037.033,30)
Resultado Orçamentário III = (I - II)			(191.569.863,30)			191.569.863,30
Total (IV)	170.167.092,00	174.532.830,00	191.569.863,30	183.658.854,82	185.634.519,38	174.532.830,00
Fonte: SIAFI 2022						
Quadro da Execução dos Restos a Pagar						
R\$						
	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo a Pagar	% Pgto
Restos a Pagar Não Processados	1.452.611,63	1.134.613,53	317.998,10	1.134.613,53	-	78,11
Restos a Pagar Processados	7.228,17		816,22	4.322,01	2.089,94	59,79
TOTAL	1.459.839,80	1.134.613,53	318.814,32	1.138.935,54	2.089,94	78,02
Fonte: SIAFI 2022						

d) Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. É composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

1. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;

2. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
3. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
4. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Balanço Financeiro – Resumido		
70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE		
R\$		
Ingressos	2022	2021
Transferências Financeiras Recebidas	188.793.816,48	162.802.514,20
Recebimentos Extraorçamentários	7.697.922,53	2.917.697,96
Inscrição em Restos a Pagar Processados	111.334,82	1.167,30
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	5.824.009,10	1.452.611,63
Outros Recebimentos	1.762.578,61	1.463.919,03
Sado Exercício Anterior	493.167,50	1.955.199,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	493.167,50	1.955.199,99
Total dos Ingressos	196.984.906,51	167.675.412,15
Dispêndios		
Despesas Orçamentária	191.569.863,30	163.673.473,56
Transferências Financeiras Concedidas	2.455.823,79	836.479,13
Pagamentos Extraorçamentários	1.213.271,62	2.672.291,96
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4.322,01	34.837,27
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.134.613,53	2.016.855,10
Outros Pagamentos	74.336,08	620.599,59
Sado Exercício Seguinte	1.745.947,80	493.167,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.745.947,80	493.167,50
Total dos Dispêndios	196.984.906,51	167.675.412,15
Fonte: SIAFI 2022		

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

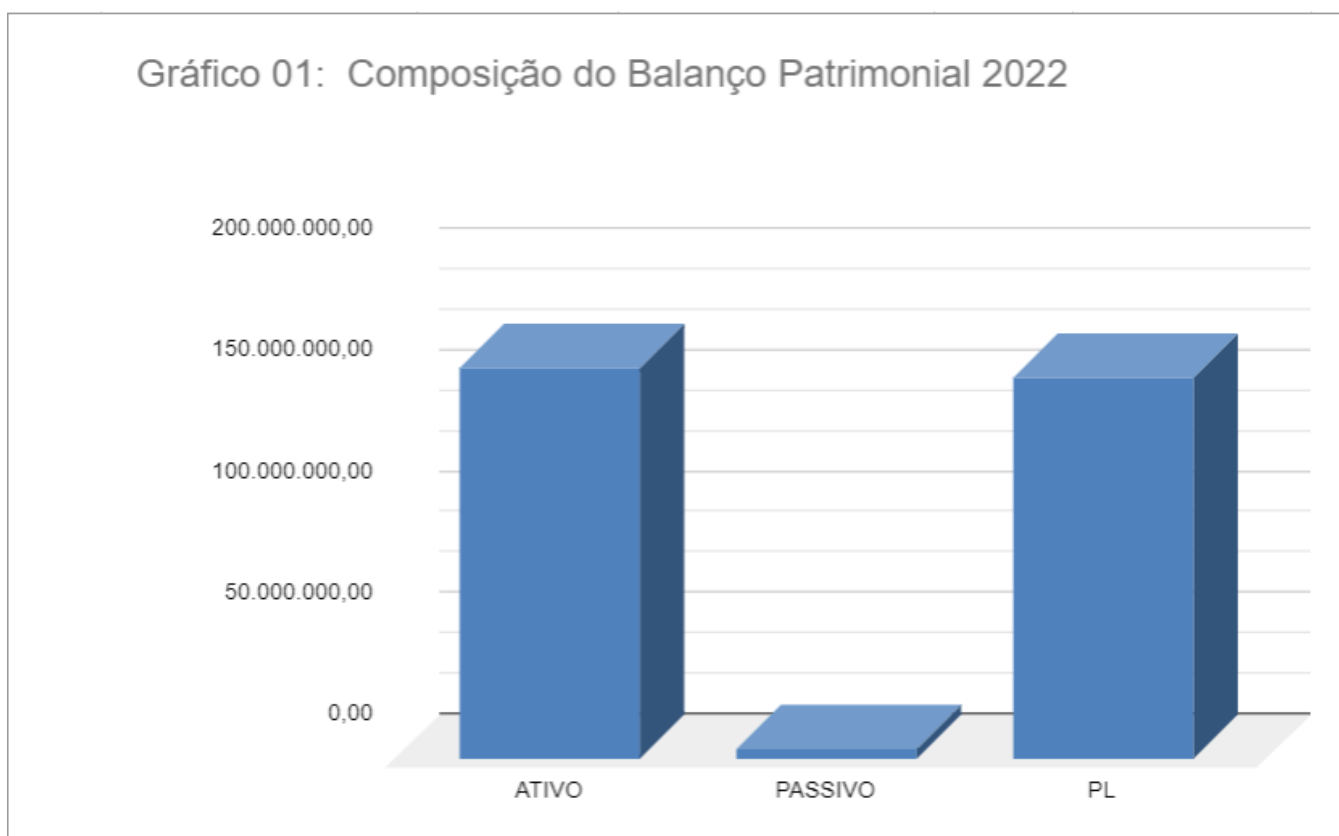
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Resumida 70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE R\$		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2022	2021
Ingressos	190.556.395,09	164.266.433,23
Transferências Correntes Recebidas	190.556.395,09	164.266.433,23
Outros Ingressos Operacionais		
Desembolsos	(182.330.925,74)	(160.885.735,79)
Pessoal e demais Despesas Correntes	(162.719.476,35)	(141.991.237,65)
Transferências Concedidas	(17.081.289,52)	(17.437.419,42)
Outros Desembolsos Operacionais	(2.530.159,87)	(1.457.078,72)
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Operacionais	8.225.469,35	3.380.697,44
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos		
Desembolsos	(6.972.689,05)	(4.842.729,93)
Aquisição de Ativo Não Circulante	(5.344.863,89)	(4.340.937,36)
Outros Desembolsos de Investimentos	(1.627.825,16)	(501.792,57)
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Investimentos	(6.972.689,05)	(4.842.729,93)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de	1.252.780,30	(1.462.032,49)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	493.167,50	1.955.199,99
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1.745.947,80	493.167,50
Fonte: SIAFI 2022		

7) Notas Explicativas

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, as Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

Nota 01 – BALANÇO PATRIMONIAL



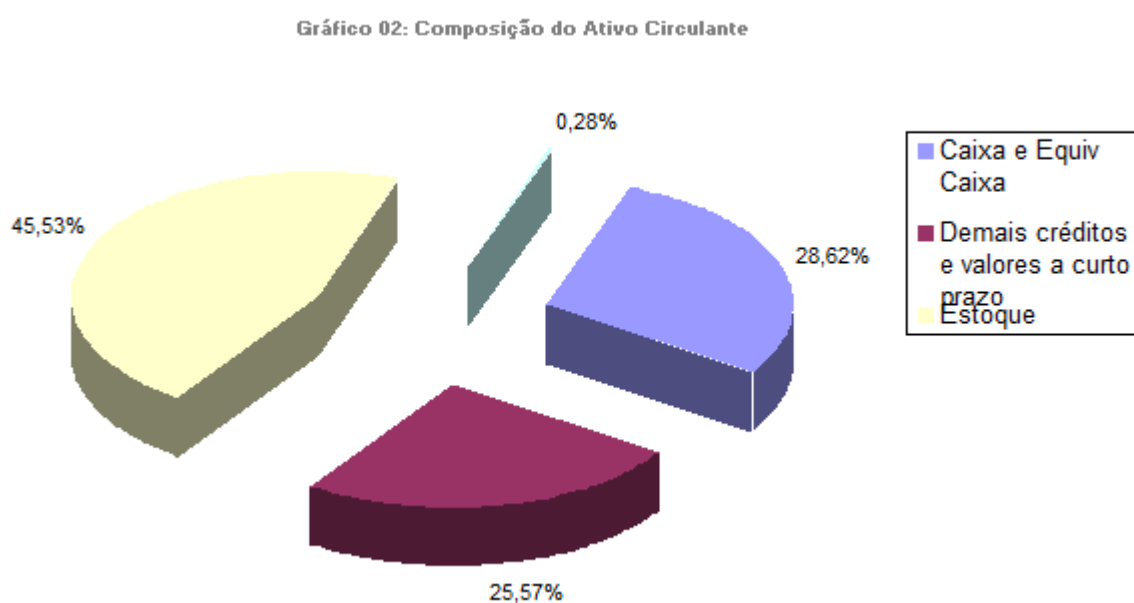
O gráfico acima demonstra a composição do Balanço Patrimonial do TRE/RN, no exercício de 2022.

O grupo do Ativo é formado pelo Ativo Circulante (3,80%) e pelo Ativo Não Circulante (96,20%).

ATIVO CIRCULANTE:

O Ativo Circulante apresentou um acréscimo de 72,78% em relação ao exercício de 2021. Neste grupo, em 2022, destacam-se as contas mais relevantes: Estoques, Caixa e Equivalentes de Caixa e Demais Créditos a Curto Prazo, conforme demonstra o gráfico abaixo.

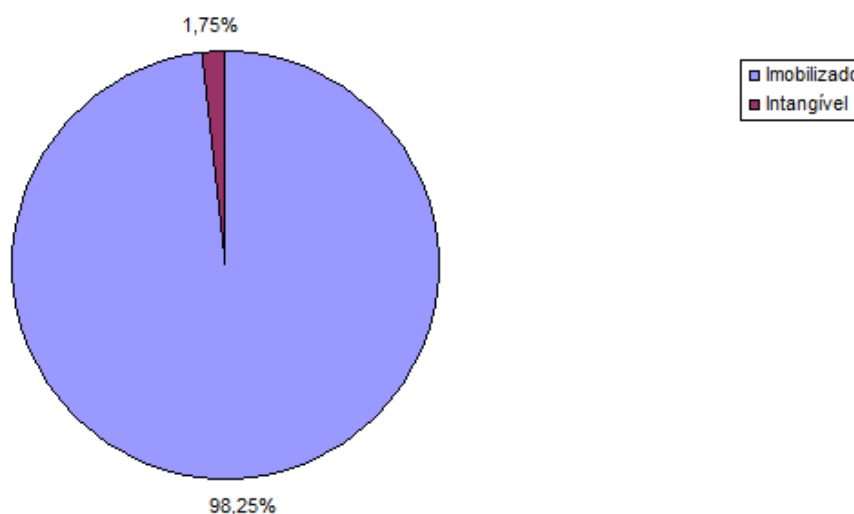
O grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, com ênfase para os termos de execução descentralizada - TED firmados com a UFRN e adiantamentos concedidos a pessoal. Estoques representa 45,53% do total do Ativo Circulante, e apresentou um acréscimo de 19,02%, característica de ano eleitoral, sobressai-se para esse período as aquisições com Material de Tecnologia da Informação, Material de Proteção e Segurança e Material Elétrico e Eletrônico.



ATIVO NÃO CIRCULANTE:

O Ativo Não Circulante, em 2022/2021, compõem em torno de 96,20% do total do Ativo, composto por Bens Móveis, Bens Imóveis e Intangível (Softwares), tendo representação expressiva o Ativo Imobilizado (bens móveis e os bens imóveis).

Grafico 03: Composição do Ativo Não Circulante



PASSIVO

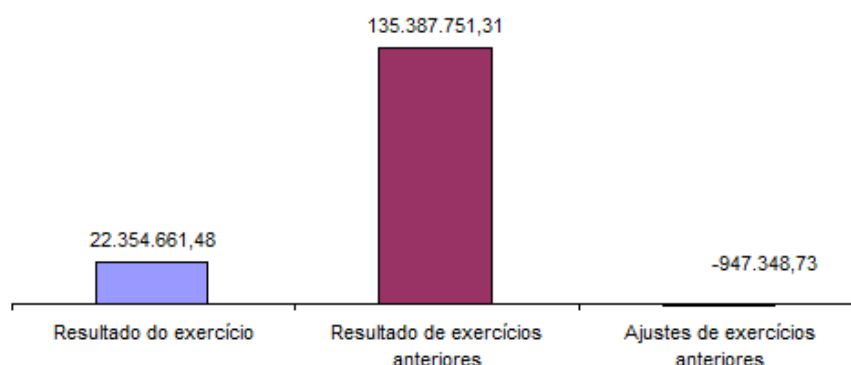
O grupo do Passivo é composto pelo Passivo Circulante (2,43%), que obteve discreto acréscimo de 17,17% se comparado ao exercício anterior, e pelo Patrimônio Líquido (97,57%).

O Patrimônio Líquido é composto pelo grupo das contas Resultado do Exercício, Resultados de Exercícios Anteriores e Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme gráfico ilustrativo abaixo.

O Resultado do Exercício 2022, embora positivo, sofreu uma variação percentual negativa de 24,64%, em relação ao exercício 2021.

Quanto à conta Ajuste de Exercícios Anteriores, ocorreu variação percentual negativa relevante em torno de 117,12%, em sua maioria, decorrente de registro de baixa de depreciação de bens imóveis, registro de passivo anterior, em contrapartida da regularização do valor contábil das Urnas Eletrônicas, Modelos 2013 e 2015 – TRE/RN, que impactaram a conta depreciação acumulada e Ajuste de Exercícios Anteriores (PAE 12344/2022).

Gráfico 04: Composição do Patrimônio Líquido



NOTA 02 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta conta compreende os valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e na Caixa Econômica Federal, representando os recursos necessários ao pagamento das obrigações imediatas do TRE/RN.

Tabela 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa		R\$	
	2022	2021	AH(%)
= DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	944,64	931,12	1,45
= LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.745.003,16	492.236,38	254,51
Total	1.745.947,80	493.167,50	254,03
Fonte: SIAFI 2022			

No período em análise, merecem destaque algumas observações que abaixo descrevemos:

- (A) O Ativo Circulante apresenta relevância para o grupo Caixa e Equivalente de Caixa, cuja conta que tem maior representatividade é a 1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO PGTO – OFSS que representa o ingresso de recursos financeiros recebidos pelo TSE, mediante sub-repasse para arcar com as obrigações deste Órgão.

(B) Para o exercício de 2022, a conta Limite de Saque com Vinculação de Pgto - OFSS encerrou com saldo de R\$ 1.745.003,16, acréscimo de 254,51% em relação ao mesmo período de 2021, justificado por ser um ano eleitoral aliado à frustração de pagamentos de despesas com custeio planejadas para o final do exercício.

(C) O saldo final em 2022 para o caixa do TRE/RN detalhado por fontes de recursos pode ser visualizado no Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, disponível no endereço: https://www.tre-rn.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rn.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao-de-orcamento-e-contratacoes/gestao-fiscal-relatorios-e-dirf/gestao-fiscal/arquivos/rgf-3q2022-portaria-no-24-gp-de-25-de-janeiro-de-2023/@@download/file/RGF%203Q2022%20-%20PORTARIA%20N%C2%BA%2024-GP%2C%20DE%2025%20de%20janeiro%20de%202023.pdf

(D) O subgrupo Demais Contas refere-se a depósitos em caução de titularidade das empresas prestadoras de serviços para formalização das garantias contratuais, exigidas pela Lei 8.666/93, recursos geridos pela Caixa Econômica Federal. A variação positiva dessa conta de 1,45%, em relação a 2021, decorre da atualização monetária do saldo da conta em garantia, ainda pendente de resgate pelo fornecedor.

NOTA 03 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreende os direitos a receber a curto prazo-CP, tais como: adiantamento concedido a pessoal, a título de salários e ordenados, especificamente adiantamento de férias, pagamento antecipado a servidor, créditos por dano ao patrimônio e outros créditos a receber a curto prazo, sendo este último grupo, a conta de maior representatividade nesta UG:1.1.3.8.2.38.00 - ADIANTAMENTO-TERMO EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA,, decorrente de celebração de TED com a Universidade Federal do RN (TED 01/2020 – PAE 6868/2020 - TED 01/2022 - PAE 732/2022), no montante de R\$ 1.241.700,90.

Tabela 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		
	2022	AV(%)
SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	199.487,05	12,79
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	103.287,48	6,62
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO (TED)	1.241.700,90	79,59
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	15.674,99	1,00

NOTA 04 – ESTOQUES

Compreende o valor dos materiais adquiridos com a finalidade de utilização própria no curso normal das atividades dos setores administrativos do tribunal, representa 45,53% do total do grupo do Ativo Circulante, vide gráfico 02. A conta Estoque apresentou acréscimo de 19,02% no exercício de 2022, compatível com a demanda de ano eleitoral. Do valor total de R \$2.778.019,00, R\$ 1.442.102,19 (ou 51,91%) referem-se a Materiais de Consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC. Outras contas relevantes, componentes dos Estoques, são: Materiais de Proteção e Segurança, Material Elétrico e Eletrônico e Materiais de Expediente, conforme composição abaixo.

Os materiais de consumo no TRE/RN são controlados pelo Sistema informatizado ASIWEB que mensalmente fornece o RMMA – Relatório Mensal e Movimentação de Almoxarifado para fins de análise da compatibilidade dos saldos contábeis entre os sistemas ASI e SIAFI.

Tabela 03 - Estoques

Material de Consumo	R\$			
	2022	2021	AV(%)	AH(%)
Gêneros de alimentação	25.558,57	12.057,78	0,92	111,97
Material de Expediente	207.382,35	316.033,86	7,47	-34,38
Material de Tec. Informação	1.442.102,90	1.124.168,50	51,91	28,28
Material de Acondicionamento	91.363,31	17.402,91	3,29	424,99
Material de cama, mesa e banho	0,00	8,13	0,00	-100,00
Material de copa e cozinha	22.170,64	27.565,40	0,80	-19,57
Material de limpeza e higienização	87.919,55	152.041,98	3,16	-42,17
Uniformes e tecidos	50,14	350,98	0,00	-85,71
Material para manutenção de bens imóveis	83.486,76	90.560,43	3,01	-7,81
Material para manutenção de bens móveis	1.217,15	1.193,70	0,04	1,96
Material elétrico e eletrônico	302.741,57	313.668,02	10,90	-3,48
Material de proteção e segurança	482.718,90	252.510,67	17,38	91,17
Material de audio, video e foto	5.081,85	1.948,13	0,18	160,86
Material hospitalar	0,00	1.974,43	0,00	-100,00
Material para manutenção de veículos	1.596,10	1.596,10	0,06	0,00
Ferramentas	3.501,50	5.197,72	0,13	-32,63
Material de sinalização visual e outros	16.383,22	10.643,81	0,59	53,92
Bandeiras, flâmulas e insígnias	4.553,93	5.001,67	0,16	-8,95
Estoque para distribuição	0,00	249,78	0,00	-100,00
***Desp.Exer.Ant.Material Consumo (PAE 5532/2021)	190,56	0,00	0,01	100,00

NOTA 05 – IMOBILIZADO

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Está segregado em bens móveis e bens imóveis.

No TRE/RN, os bens móveis são registrados no Sistema de controle patrimonial ASIWEB e os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/ME).

Tabela 04 - Imobilizado		R\$	
Bens Móveis	2022	2021	AH(%)
	43.720.667,56	29.956.585,17	45,95
Valor Bruto contábil	74.345.992,84	56.322.816,07	
(-) Depreciação/amort./exaustão acum. bens móveis	30.625.325,28	26.366.230,90	
Bens Imóveis	108.180.487,34	103.775.620,54	4,24
Valor Bruto contábil	108.414.907,16	105.224.294,40	
(-) Depreciação acum. bens Imóveis	234.419,82	1.448.673,86	

Fonte: SIAFI 2022

Entre os exercícios de 2022 e 2021, os Bens Móveis do TRE/RN sofreram um acréscimo de 45,95%, cerca de 18 milhões no seu valor contábil bruto, conforme ilustra a Tabela 04.

Esse incremento é resultado da política do órgão em modernizar seu acervo tecnológico (adquirindo Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC),

como também aquisições de outros bens móveis, para cumprimento de seus objetivos e de sua missão institucional.

Outro fator que impulsionou o aumento do patrimônio mobiliário se deu em função do recebimento de 3.596 urnas eletrônicas, Modelo 2020, cujos procedimentos estão instruídos no PAE 1439/2022, sob orientação do TSE, as quais foram utilizadas no processo eleitoral de 2022.

Os bens móveis são utilizados pelo tribunal para o funcionamento de suas unidades administrativas e para a prestação de serviços à sociedade. Em 31.12.2022 totalizaram R\$ 74.345.992,84 (vr. Bruto), conforme composição adiante (Tabela 05), acompanhada da variação percentual entre o período de dezembro de 2022 e dezembro de 2021.

Tabela 05 - Bens Móveis			R\$	
Composição	2022	2021	(AV%)	(AH%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	6.044.260,78	5.895.278,34	8,13	2,53
Bens de Informática	51.447.419,64	33.996.770,17	69,20	51,33
Móveis e Utensílios	9.897.404,81	9.948.225,70	13,31	-0,51
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.680.185,95	1.563.028,32	2,26	7,50
Veículos	3.950.364,12	3.758.997,51	5,31	5,09
Demais Bens Móveis	1.326.357,54	1.160.516,03	1,78	14,29
Valor Contábil Bruto	74.345.992,84	56.322.816,07		32,00
Depreciação / Amortização Acumulada	30.625.325,28	26.366.230,90		16,15
Valor Contábil Líquido	43.720.667,56	29.956.585,17		45,95
Fonte: SIAFI 2022				

Os bens móveis do TRE/RN perfazem 48,09% do total do Ativo Não circulante, sendo que do total dos bens, 69,20% referem-se a bens de TIC, sobretudo aqueles que fornecem suporte às atividades relacionadas às eleições, como computadores e Urnas Eletrônicas, seguido pelos Móveis e Utensílios, com 13,31% do total bruto dos bens móveis, distribuídos em contas contábeis conforme detalhado na tabela acima.

Do total dos Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, 49% (R\$ 25.353.581,56) referem-se a Urnas Eletrônicas (9.868 unidades), ou seja, representam quase metade dos bens de TIC.

Os Bens Imóveis da União registrados no TRE/RN, em 31/12/2022, totalizaram um valor líquido contábil de R\$108.180.487,34, conforme disposto na tabela 06, abaixo.

Tabela 06 - Bens Imóveis - Composição			R\$	
	2022	2021	AV(%)	AH(%)
Bens de Uso Especial	103.534.133,40	99.174.456,82	95,50	4,40
Bens Imóveis em Andamento	0,00	985.086,97	0,00	-100,00
Instalações	3.487.537,22	3.487.537,22	3,22	0,00
Bens de Uso Especial Não Registrados SPIUNET	1.393.236,54	1.577.213,39	1,29	-11,66
Valor Contábil Bruto	108.414.907,16	105.224.294,40	100,00	3,03
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(234.419,82)	(1.448.673,86)	-1,34	-83,82
Valor Contábil Líquido	108.180.487,34	103.775.620,54		4,24
Fonte: SIAFI 2022				

Os Bens Imóveis do TRE/RN representam uma parte significativa do Ativo Imobilizado que corresponde ao percentual de 71,37%. Logo, Os bens de uso especial constituem 95,50% (excluídos os valores referentes à depreciação) do total de Bens Imóveis, tendo sofrido uma discreta variação positiva de 4,40%, em relação ao ano anterior, influenciada sobretudo pelas reavaliações de parte dos imóveis que compõem o patrimônio deste TRE.

Os Bens de Uso Especial do patrimônio imobiliário registrados no TRE/RN em 2022 estão assim distribuídos: EDIFÍCIOS R\$ 100.822.346,40 e TERRENOS R\$ 2.711.787,00.

De acordo com a informação da Seção de Engenharia deste TRE/RN, o parque imobiliário deste Órgão é composto por 22 imóveis próprios, 16 imóveis alugados e 12 cedidos. Não houve nova aquisição de imóvel em 2022.

Convém ressaltar que o saldo da conta Bens de Uso Especial Não Registrados no Spiunet no total de R\$ 1.393.236,54, representa 1,29% do total dos imóveis, os quais ainda não foram cadastrados no SPIUNET, em razão de pendências de documentação ou de outras providências junto à SPU/ME ou em Cartório de Registro de Imóveis.

Os imóveis pendentes de registro no Sistema de Patrimônio da União, constantes da conta BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR/ A REGISTRAR foram reclassificados em 2021 para a conta BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS SPIUNET, seguindo a ORIENTAÇÃO SOF/TSE Nº 03/2022, página 33 (PROCEDIMENTOS PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2022).

NOTA 06 – DEPRECIAÇÃO

A depreciação indica quanto do valor de um ativo foi “utilizado” ao longo do tempo, seja como desgaste pelo uso, a obsolescência e a ação da natureza, situações em que os ativos vão perdendo valor. Essa perda de valor é apropriada pela contabilidade, periodicamente, até que esse ativo atinja o valor residual.

O TRE/RN registra a depreciação dos bens móveis mensalmente, utilizando o cálculo por meio do sistema de patrimônio da Justiça Eleitoral ASIWEB, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, com as orientações contidas no MANUAL SIAFI: 02.03.30/020335, e do TSE.

A base de cálculo para a depreciação dos bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos quando os valores forem identificados, especificados e atribuíveis diretamente à aquisição e construção do bem.

No exercício de 2022, o impacto da depreciação acumulada dos bens móveis e imóveis foi de R\$ 30.859.745,10 sobre o resultado patrimonial apurado pelo TRE/RN (fonte: SIAFI 2022 – BP). Sendo R\$ 30.625.325,28 relativos aos bens móveis e R\$ 234.419,82 relativos a bens imóveis.

A Depreciação Acumulada é um fator indicativo do desgaste dos bens e pode ser um índice para avaliar o momento necessário de sua renovação. No TRE/RN, do total dos bens móveis, 41,19% estão depreciados, ou seja, quase metade, o que sinaliza uma possível necessidade de reavaliação do estado de utilização desses bens.

Os valores da depreciação dos bens imóveis de Uso Especial, conforme se evidencia nos Demonstrativos Contábeis, vêm sendo apurados, mensal e automaticamente, sob responsabilidade e competência direta da SPU/ME e STN.

Ressalta-se que a depreciação é apurada somente sobre os imóveis registrados no SPIUNET. O TRE/RN possui alguns imóveis de Uso especial em fase de regularização, pendentes de registro no Spiunet, os quais, nessa situação, não tem os seus valores considerados como base para os lançamentos de depreciação.

No Quadro a seguir, encontra-se demonstrada a evolução da depreciação acumulada entre os anos de 2020 a 2022.

A SPU/ME procedeu ao ajuste da depreciação dos bens Imóveis cadastrados no SPIUNET no valor de R\$ 1.312.337,57, fato que reduziu a Depreciação Acumulada dos bens imóveis do TRE/RN em 83,82%.

Tabela 07 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS			R\$
Itens	2020	2021	2022
Vr. Bruto de Bens Móveis	50.613.225,47	56.322.816,07	74.345.992,84
Depreciação Acumulada	22.870.163,90	26.366.230,90	30.625.325,28
Vr. Líquido Contábil	27.743.061,57	29.956.585,17	43.720.667,56
Fonte: SIAFI 2022			

Tabela 07.01 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS			R\$
Itens	2020	2021	2022
Vr. Bruto de Bens Imóveis	73.166.530,93	105.224.294,40	108.414.907,16
Depreciação Acumulada	1.396.097,14	1.448.673,86	234.419,82
Vr. Líquido Contábil	71.770.433,79	103.775.620,54	108.180.487,34
Fonte: SIAFI 2022			

NOTA 07 – INTANGÍVEL

INTANGÍVEL são os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

O valor registrado nesse grupo representa as licenças dos softwares, com vida útil definida e indefinida, no valor total de R\$ 2.772.478,95. Os procedimentos de cálculo e registro da amortização dos bens intangíveis deste TRE foram iniciados em 2019, e em 2021 foram registrados no sistema SIAFI, conforme histórico dos procedimentos contidos no processo administrativo PAE 2.193/2019.

Tabela 08 - Intangível			R\$	
	2022	2021	AV(%)	AH(%)
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	156.865,90	156.865,90	5,66	0,00
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	2.615.613,05	1.322.160,95	94,34	97,83
Total	2.772.478,95	1.479.026,85	100	87,45
AMORTIZACAO ACUMULADA	69.718,18	17.429,56		300,00
Valor Contábil Líquido	2.702.760,77	1.461.597,29		84,92
Fonte: SIAFI 2022				

Conforme quadro acima, os softwares com vida útil indefinida representam 94,34% do grupo, efeito do processo de reclassificação de Software com Vida Útil Definida para a conta correta de Software de Vida Útil Indefinida, ocorrido em 2021, em atendimento em conformidade com a Orientação SOF/TSE nº 12/2019, bem como novas aquisições.

No TRE/RN houve a conclusão do mapeamento e registro no Sistema de Patrimônio ASIWEB, e conciliação no SIAFI referente aos softwares adquiridos e registrados na

contabilidade. Ademais, iniciou o estudo e trabalho entre as áreas envolvidas para implantação dos procedimentos de mensuração e reconhecimentos dos softwares desenvolvidos internamente.

NOTA 08 – PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante, em 2022, representou 2,43% do Total do Passivo e Patrimônio Líquido, contra 2,41% em 2021.

O maior saldo concentra-se na conta Pessoal a Pagar, com destaque para a conta férias a pagar no valor de R\$ 3.794.628,61 (99,75% do passivo circulante), que representa as férias não pagas do exercício atual e do exercício anterior dos servidores do órgão. Essa conta sofreu uma redução de 14,36% em relação ao mesmo período de 2021.

Na conta de Férias a Pagar, o saldo supracitado refere-se às apropriações mensais de despesa com férias, cuja obrigação é contabilizada de acordo com o regime de competência e sua conciliação ocorre mensalmente, com base no relatório extraído do Módulo Folha de Pagamento do Sistema - SGRH da Justiça Eleitoral, em atendimento ao Acórdão nº 1.322/2018 TCU-Plenário, bem como a Orientação SOF/TSE nº 10/2018 e Macrofunção 02.11.42. O valor a pagar refere-se a férias vencidas e não pagas no final do exercício de 2022.

Complementa o total do Passivo Circulante os saldos de fornecedores a pagar, e Demais obrigações a curto prazo, todos conciliados dentro do período.

NOTA 09 – RESULTADOS ACUMULADOS

O grupo Resultados Acumulados compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

No TRE/RN, o grupo Resultados Acumulados, representa o montante do Patrimônio Líquido do órgão, composto pelo Resultado do Exercício, apurado no confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD (apurado na DVP), Resultado de Exercícios Anteriores e Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme Gráfico 04.

Tabela 09 - Resultado Patrimonial do Exercício		R\$	
	2022	2021	AH(%)
Variações Patrimoniais aumentativas - VPA	213.870.544,19	234.067.602,30	- 8,63
Variações Patrimoniais diminutivas- VPD	191.515.882,71	204.403.045,09	- 6,30
Resultado Patrimonial do Período	22.354.661,48	29.664.557,21	- 24,64
Fonte: SIAFI 2022			

Em 2022, o Resultado do TRE/RN foi um Superávit Patrimonial de 22 milhões, embora evidenciando um decréscimo de 24,64%, em relação a dezembro de 2021.

Esse resultado foi influenciado positivamente, sobretudo, pelo ganho, em torno de 14 milhões, com incorporação de 3.596 urnas eletrônicas modelo 2020 (PAE 1439/2022).

De forma negativa, destaca-se o uso de bens, serviços e consumo, além das transferências concedidas, a exemplo da Equalização do parque e remanejamento de urnas eletrônicas entre UGs da JE (PAE 8855/2021),

O registro na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Essa conta teve um expressivo decréscimo, conforme ilustrado no gráfico abaixo, envolvendo de forma mais expressiva, ajuste na depreciação acumulada de bens imóveis cadastrados no SPIUNET, conforme conciliação entre planilha enviada pela SPU E SIAFI, atualização do valor patrimonial urnas eletrônicas modelos 2013 e 2015 e registros de passivo anterior (DEA).

Tabela 13 - Ajustes de Exercícios Anteriores		R\$
2022	R\$	AV(%)
Registro efetuado pela Coord Contab, 30jun22, ajuste deprec acum bens imóveis, conc. SPU/SIAFI (NL017624/NL017625).	-1.312.337,57	138,53
Atualização Valor Patrimonial Urnas Eletronicas (PAE 12344/2022)	1.259.848,10	-132,99
Reconhecimento Passivo Anterior	-894.859,26	94,46
Total	-947.348,73	100,00
Fonte: SIAFI 2022		

NOTA 10 – ATOS POTENCIAIS

Compreende os atos da administração do Órgão, Ativos e Passivos, formalizados mediante contratos e termo de descentralização financeira, demonstrados nos quadros a seguir.

Os Atos Potenciais Ativos representam as garantias recebidas, conforme exigência da Lei nº 8666/93, prevalece aquela sob a forma de seguro-garantia, em 99,53%.

O gerenciamento destas contas reflete o disciplinamento no controle da execução dos contratos firmados por este regional.

Tabela 10 - Atos Potenciais Ativos			R\$	
	2022	2021	AV(%)	AH(%)
8.1.1.1.1.01.04 - FIANCAS A EXECUTAR	106.221,16	106.221,16	0,47	0,00
8.1.1.1.1.01.10 - SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	22.645.136,07	22.110.490,43	99,53	2,42
EXEC.GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	22.751.357,23	22.216.711,59	100,00	2,35
Fonte: SIAFI 2022				

Os Atos Potenciais Passivos representam os registros de contratos e convênios a executar, estão compostos em sua maioria pelos contratos de prestação de serviços, 94,60%. Fica evidenciado um acréscimo na contratação, em torno de 32,67%, adequado ao cenário do ano eleitoral.

Tabela 11 - Atos Potenciais Passivos			R\$	
	2022	2021	AV(%)	AH(%)
8.1.2.2.1.02.01 – Recurso(TED UFRN) A REPASSAR	35.723,10	-	0,15	100,00
8.1.2.3.1.02.01 - CONTRATOS DE SERVIÇOS EM EXECUÇÃO	22.246.547,75	16.767.785,67	94,60	32,67
8.1.2.3.1.03.01 - CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUÇÃO	587.068,08	398.688,87	2,50	47,25
8.1.2.3.1.04.01 - CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUÇÃO	646.253,40	500.838,73	2,75	29,03
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	23.515.592,33	17.667.313,27	100,00	0,92
Fonte: SIAFI 2022				

Os contratos de prestação de serviços, em sua maioria, representam obrigações contratuais relacionadas com serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, suporte técnico de TI e telecomunicações, conforme quadro a seguir, tendo maior vulto a contratação de mão-de-obra com objeto de manutenção e conservação predial e apoio administrativo.

Tabela 12 - Serviços Contratados		R\$
2022	R\$	AV(%)
Telecomunicações	598.693,30	2,69
Água e Energia	2.215.388,91	9,96
Mão de obra(manut e conserv predial. Apoio adm.)	11.440.425,21	51,43
Serviços TI	4.614.282,84	20,74
Manut Veículos	283.194,58	1,27
Segurança/Vigilância	1.880.304,19	8,45
Serviço Postal	719.823,99	3,24
Demais Serviços	494.434,73	2,22
Total	22.246.547,75	100
Fonte: SIAFI 2022		

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS E DIMINUTIVAS (VP)

As Variações Patrimoniais – VP são representadas por fatos modificativos que impactam o patrimônio da entidade.

Em 2022 este Tribunal apresentou resultado superavitário no montante de R\$ 22.354.661,48, conforme demonstrado na Tabela 09. Sendo a incorporação de 3.596 urnas eletrônicas modelo 2020 para as Eleições Gerais, sendo considerado maior destaque para tal resultado.

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas, o grupo de maior expressividade é representado pelas Transferências Intergovernamentais Recebidas, que no exercício de 2022 impactou em 88,53% do valor total. Refere-se ao ingresso de recursos financeiros recebidos pelo TSE, mediante sub-repasse para atender às obrigações com as despesas operacionais do Órgão.

Em seguida, no grupo Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos houve relevância de 10,70%, resultante de Reavaliação de Bens Imóveis, incorporação de 3.596 urnas eletrônicas, recebimento de mídias de aplicação e de resultado para as eleições gerais 2022, além de repasse de recursos à UFRN, conforme TED nº 1/2022.

Vide a tabela abaixo.

Tabela 14 - Variação Patrimonial Aumentativa		R\$
2022	R\$	AV(%)
Transferência Intergovernamental - Subrepasse Recebido	189.329.689,76	88,53
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincoporação Passivos	22.892.655,80	10,70
Outras Variações Aumentativas	1.648.198,63	0,77
Total	213.870.544,19	100

Fonte: SIAFI 2022

Quanto às Variações Patrimoniais Diminutivas, estas compõem o somatório de valores reconhecidos no Passivo Exigível por incorporação de passivos, reconhecimento de dívidas passadas, restos a pagar com prescrição interrompida, etc.

■

Da tabela 15, fica evidenciado que o passivo mais expressivo neste TRE/RN está representado pelo montante das obrigações com Pessoal e Encargos, e Benefícios Previdenciários, no percentual de 80,34%.

Na sequência, temos o grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, com 16,29%, tendo a obrigação da contratação dos serviços, maior representatividade.

Tabela 15 - Variação Patrimonial Diminutiva		R\$
2022	R\$	AV(%)
Pessoal e encargos/Benefícios previdenciários	153.872.281,91	80,34
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	31.192.242,80	16,29
Desvalorização e perda de Ativos e incorporação de passivos	1.744.009,33	0,91
Outras	4.707.348,67	2,46
Total	191.515.882,71	100,00

Fonte: SIAFI 2022

NOTA 12 – RESTOS A PAGAR

No exercício de 2022 foi inscrito em RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR o montante de R\$ 5.824.009,10 neste Regional, dos quais R\$ 2.887.633,93 referem-se a despesas discricionárias. Desse valor, R\$ 1.203.896,105 foram despesas relativas a custeio e R\$ 1.683.737,83 a investimentos. Já as despesas de Pessoal inscritas em restos a pagar totalizaram R\$ 2.936.375,17.

Tabela 16 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar		R\$	
GND	2021	2022	
Pessoal e Encargos Sociais	878.239,09	2.936.375,17	
Custeio	193.018,48	1.203.896,10	
Investimentos	381.354,06	1.683.737,83	
Total	1.452.611,83	5.824.009,10	
FONTE: SIAFI (conor)			

Comparando-se com o exercício anterior, verifica-se um expressivo crescimento em torno de 300%, decorrente de despesas com serviço extraordinário prestado no recesso natalino e durante as eleições de 2022 no orçamento ordinário e de Pleitos Eleitorais, respectivamente, em relação às despesas de Pessoal. Nas despesas de custeio e capital, parte da inscrição em restos a pagar decorreu de valores alocados no plano Orçamentário de Segurança da Informação, dotação não existente no ano anterior, e parte relacionada a material e equipamentos não entregues tempestivamente pelos fornecedores, além da mudança do critério utilizado nos pagamentos das despesas contratuais do mês de dezembro, que no ano anterior foram pagos de forma integral.

Em que pese o crescimento dos valores inscritos em restos a pagar, em relação às despesas discricionárias, o TRE-RN superou a meta estabelecida pelo TSE para a Justiça Eleitoral, inscrevendo 11,1% da sua dotação, frente à meta de 16%.

Já em relação às despesas obrigatórias, a inscrição em restos a pagar totalizou 1,6% da sua dotação, frente à meta de 1,6% estabelecida pelo TSE.